

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.940 - PR (2019/0033420-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **EVERSON LUIS BILIK (PRESO)**
ADVOGADO : **THIAGO ISSAO NAKAGAWA - PR049807**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por **EVERSON LUIS BILIK** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cuja ementa registra:

"AÇÃO DE HABEAS CORPUS – TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO – JUSTIÇA GRATUITA – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ANÁLISE DE PROVAS – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – CAUTELARES DIVERSAS – REITERAÇÃO DE PEDIDO – ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO – FATO NOVO – PRESENTE A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO – ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

'São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania' (artigo 5º, inciso LXXVII, da Constituição Federal).

É inadmissível a reiteração de pedido de habeas corpus, quando o objeto é idêntico ao de ordem anteriormente impetrada perante a mesma Corte.

Não há se falar em desaparecimento dos requisitos do art.

312 do Código de Processo Penal se persiste a necessidade de se garantir a ordem pública."(e-STJ, fls.58-59.)

Consta dos autos que foi determinada a prisão do recorrente em 16/10/2017, pelas supostas práticas dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Neste recurso, a defesa sustenta a ausência dos requisitos previstos no art. 312 para a decretação da custódia cautelar do recorrente, bem como excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, visto que pende mandado de prisão preventiva expedido desde o dia 16 de outubro de 2017.

Alega ainda que inexistem elementos mínimos que confirmem a participação do acusado no crime de tráfico de substância entorpecente, que as únicas provas até então trazidas aos autos foram as conversas existentes no celular de um corréu com um interlocutor por apelido de "Nenê", erroneamente tido como o recorrente.

Destaca que "o recorrente reside no distrito da culpa, além de exercer atividade laboral lícita, bem como possui família constituída, não restando demonstrada a necessidade da custódia como meio de garantir a futura aplicação da lei penal".

Requer o provimento do recurso para que seja concedida ao recorrente a liberdade provisória, com a expedição de contramandado de prisão.

Pleiteia, ainda, a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Liminar indeferida.

Informações prestadas.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca o recorrente a revogação do decreto de prisão preventiva em razão da indevida delonga na instrução do feito, bem como por ausência de fundamentação idônea.

Inicialmente, convém destacar que, segundo orientação pacificada nos Tribunais superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado (RHC 58.140/GO, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 17/9/2015, DJe 30/9/2015; RHC 58.854/MS, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 22/9/2015, DJe 30/9/2015).

Nas informações prestadas pelo Juiz de primeiro grau (e-STJ, fls. 559-563), consta o seguinte:

"Transcorreu-se a instrução processual, figurando o recorrente em seu polo passivo juntamente com outros seis denunciados, devidamente representado por advogado constituído. Em 9 de novembro de 2018, determinou-se o desmembramento do feito, para que tramitasse em autos apartados a ação penal referente aos réus presos, cuja sentença já foi prolatada.

Segundo o recorrente, a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação, por não estarem preenchidos os requisitos ensejadores da medida, e é ilegal, haja vista a demora para o encerramento da instrução processual.

Reputo não haver razão ao Impetrante quanto às suas alegações de que sua prisão é ilegal diante da dilação injustificada do tempo para encerramento da instrução do feito, ou de que a decisão que decretou a preventiva carece de fundamentação.

Ademais, não há falar em excesso de prazo para o encerramento da instrução quando o recorrente está foragido, não tendo sido cumprido o mandado de prisão expedido em seu nome. Com efeito, se preso estivesse, já teria sido proferida a sentença com relação a ele, assim como o foi em relação aos demais acusados.

Por outro lado, necessário observar a razoabilidade e proporcionalidade da duração do processo para a formação da culpa diante de cada caso concreto, devendo ser considerada a complexidade da causa, na medida em que a ação penal, antes de seu desmembramento, contava com oito acusados em seu polo passivo.

No tocante aos requisitos ensejadores da custódia cautelar, verifico que a prisão dos acusados foi calcada em fatos concretos, devidamente demonstrados e extraídos dos autos, não se jungindo a afirmativas abstratas e repetitivas de artigo de lei."

Dessa forma, não há falar em excesso de prazo, uma vez que o recorrente encontra-se foragido.

Nesse sentido, vejam-se estes precedentes:

"HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. DENÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE FORAGIDO. DEMORA CAUSADA POR ELE MESMO. ABSOLVIÇÃO DO CORRÉU. CIRCUNSTÂNCIA DE CARÁTER PESSOAL. EXTENSÃO AO ORA PACIENTE. IMPOSSIBILIDADE. DENEGAÇÃO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que não há falar em excesso de prazo quando o acusado está foragido. Ademais, a demora é causada pelo próprio paciente, que está em local incerto e esquiva-se da citação. Quanto ao corrêu, já foi proferida sentença, tudo a indicar a ausência de desídia do juízo.

[...]

3. Ordem denegada." (HC 399094/RS, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 3/5/2018, DJe 15/5/2018.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NULIDADE. DENÚNCIA GENÉRICA. NÃO OCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RÉUS FORAGIDOS. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA VIA DO HABEAS CORPUS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA.

[...]

3. "Não há ilegalidade por excesso de prazo para a formação da culpa quando o paciente encontra-se foragido, conforme jurisprudência desta Corte Superior." (RHC n. 60.723/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 17/5/2016, DJe 25/5/2016).

[...]

7. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada." (HC 273.711/SP, rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, j. 11/4/2019, DJe 29/4/2019.)

Assim, o fato de o paciente estar foragido afasta a possibilidade de arguição de constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na formação da culpa, mostrando-se inviável o reconhecimento de eventual ilegalidade da constrição cautelar por demora na tramitação do feito.

A irresignação da defesa no tocante ao *fumus commissi delicti*, os indícios de autoria, nos termos da exigência contida no art. 312 do CPP, não foi objeto de debate no *habeas corpus* impetrado no Tribunal de origem, conforme se verifica à fl. 61 (e-STJ). Dessa forma, fica inviabilizada a análise da matéria neste Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.

1. As questões relativas à ausência de indícios de autoria delitiva, desclassificação da conduta, utilização indevida das algemas e invasão de domicílio não foram pela Corte de origem, inviabilizando-se, assim, o conhecimento dos temas, sob pena de vedada supressão de instância.

[...]

5. Habeas corpus denegado." (HC 495.351/MG, rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 16/5/2019, DJe 24/5/2019.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTADA. ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

INTIMIDAÇÃO DE TESTEMUNHA. POLICIAL MILITAR. COBERTURA A PESSOAS ENVOLVIDAS COM TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA PARA REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA.

HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Excesso de prazo para formação da culpa. Constata-se a impossibilidade de análise da pretensão do impetrante, considerando que a questão de excesso de prazo não foi apreciada pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação deste Superior Tribunal sobre o tema, sob pena de atuar em indevida supressão de instância, com a consequente ampliação inconstitucional da competência recursal ordinária desta Corte (CF, art, 105, II).

[...]

9. Habeas corpus não conhecido." (HC 475.148/PE, rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, j. 2/4/2019, DJe 8/4/2019.)

Ademais, convém ressaltar ser incabível, na estreita via do recurso ordinário em *habeas corpus*, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria ou materialidade do delito, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Nessa linha: RHC 94.361/SC, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 5/4/2018, DJe 18/4/2018; RHC 94.868/RS, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 10/4/2018, DJe 18/4/2018; e HC 414.900/MT, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 3/4/2018, DJe 9/4/2018.

Vale ainda destacar que eventuais condições pessoais favoráveis do agente, como residência fixa, atividade laboral lícita ou o fato de residir no distrito da culpa, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

Nesse mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. CRIME COMETIDO CONTRA MENOR DE 14 ANOS E COM ABUSO DE CONFIANÇA. RÉU GENITOR DA VÍTIMA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

4. Esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como residência fixa e atividade laboral lícita, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

Recurso ordinário desprovido." (HC 355.432/RS, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 20/10/2016, DJe 28/10/2016.)

Por fim, vale consignar que resta prejudicado o pedido de gratuidade de justiça, porquanto o art. 7º da Lei n. 11.636/2007 dispõe que "não são devidas custas nos processos de *habeas data*, *habeas corpus* e recurso em *habeas corpus*, e nos demais processos criminais, salvo a ação penal privada [...]" (EDcl no AgRg no AREsp 71.915/SC, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 27/6/2014).

Ante o exposto, **conheço em parte** deste recurso ordinário em *habeas corpus* e, na parte conhecida, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator